

Carta Conjunta ao Governo Português

Pela Sustentabilidade do Sistema Alimentar e Promoção à Proteína Vegetal



Organizações promotoras e signatárias principais:

ANP - Associação Natureza Portugal em associação com a WWF – World Wide Fund for Nature

ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental

Associação Alimentar Cidades Sustentáveis

AVP - Associação Vegetariana Portuguesa

GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente

Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável

26 DE JANEIRO DE 2024

Exmo. Sr. Primeiro Ministro,

Esperamos que esta Carta o encontre bem. Dirigimo-nos a Vossa Excelência considerando uma crescente preocupação com a sustentabilidade ambiental, implicações climáticas e problemáticas da saúde pública, atualmente associadas ao sistema alimentar português.

A presidência da **COP28** colocou a transformação dos sistemas alimentares na agenda global das alterações climáticas, tendo mais de 150 líderes mundiais assinado a Declaração dos Emirados sobre Agricultura Sustentável, Sistemas Alimentares Resilientes e Ação Climática. Tudo isto para atingir os objetivos do Acordo de Paris,

adotado em 2016, que estabelece uma meta global de manter o aumento da temperatura média mundial abaixo de 2 °C, bem como de envidar esforços para limitá-lo a 1,5 °C em relação aos níveis pré-industriais.

Por isso, apelamos para que, em Portugal, o sistema alimentar seja verdadeiramente colocado em cima da mesa quando o tema são as alterações climáticas.

Em Portugal, o sistema alimentar contribui com **31 % para o total de emissões nacionais de gases de efeito de estufa (GEE)**, semelhante à média da União Europeia (30 %)¹, e o consumo alimentar representa cerca de **30 % da pegada ecológica nacional**², mais do que os transportes e o consumo energético. Tudo isto torna **a alimentação um dos principais contribuintes para o aquecimento global**, o que não pode ser ignorado.

A **intensificação da atividade agrícola**, marcada pelo uso sistemático de pesticidas, de fertilizantes e pela expansão da pecuária, pode causar impactos ambientais significativos, prejudicando a biodiversidade e os ecossistemas naturais. A indústria pecuária, em particular, desempenha um papel substancial nas mudanças climáticas, sendo responsável por aproximadamente 60 % das emissões associadas ao sistema alimentar e entre 14,5 % e 20 % das emissões totais de GEE.³

Numa altura em que testemunhamos a implementação de planos nacionais e medidas, em países como Dinamarca, Coreia do Sul e Alemanha, que promovem a produção local e o consumo de alimentos de base vegetal, perguntamos: **Porque não segue Portugal o mesmo caminho**, já que se reconhece que tais iniciativas são fundamentais para enfrentar os desafios climáticos, económicos e de saúde?

As preferências do consumidor, em Portugal, estão cada vez mais voltadas para **opções alimentares ambientalmente conscientes, o que tem contribuído para um maior consumo de alimentos e refeições de base vegetal**. No nosso país, verificou-se que, entre 2018 e 2022, aumentou a importância dada a refeições de base vegetal, tendo-se observado um ligeiro incremento na média semanal de refeições sem carne nem peixe, de 1,95 para 2,23.⁴ Por sua vez, o mercado nacional de

¹ Crippa, M.; Solazzo, E.; Guizzardi, D.; Monforti-Ferrario, F.; Tubiello, F.N.; Leip, A. Food systems are responsible for a third of global anthropogenic GHG emissions. Nat. Food 2021

² Alessandro Galli, Sara Moreno Pires, Katsunori Iha, Armando Abrunhosa Alves, David Lin, Maria Serena Mancini, Filipe Teles, Sustainable food transition in Portugal: Assessing the Footprint of dietary choices and gaps in national and local food policies, Science of The Total Environment, Volume 749, 2020, 141307, ISSN 0048-9697, <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.141307>

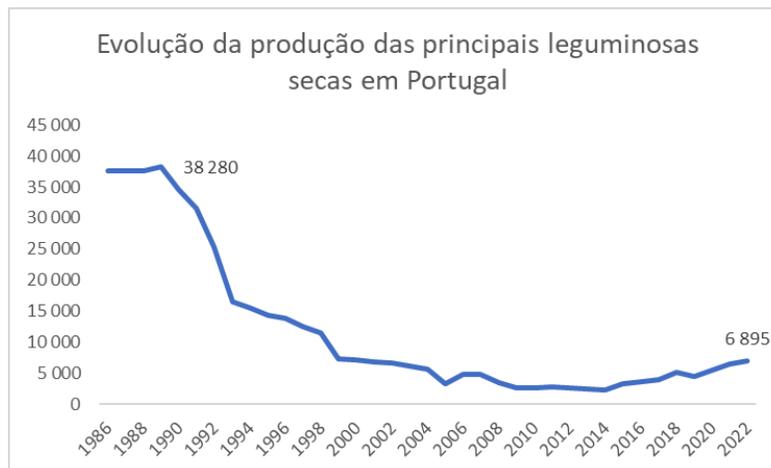
³ United Nations Environment Programme (2023). Frontiers 2023. What's Cooking? An assessment of the potential impacts of selected novel alternatives to conventional animal products. Nairobi. <https://doi.org/10.59117/20.500.11822/44236>

⁴ Truninger, Mónica; Schmidt, Luísa; Fonseca, Susana; Graça, João; Junqueira, Luís; Prista, Pedro; Silva, Alexandre. 2022. Terceiro Grande Inquérito sobre Sustentabilidade.

alimentos de base vegetal assistiu a um crescimento de 20 %, nas vendas, entre 2020 e 2022.⁵

Vivemos uma era em que **os produtores de carne mais convencionais estão a entrar no mercado de alternativas de base vegetal**, devendo os decisores políticos **incentivar este avanço** e reconhecer os benefícios que estas alternativas podem ter para o ambiente, ecossistemas e respetiva utilização sustentável de recursos naturais, resultando em potenciais vantagens para a saúde pública.^{6,7}

A produção de **leguminosas**, em particular, pode ter um **impacto positivo na agricultura**, porque melhora a estrutura e fertilidade do solo e pode contribuir para a diversificação de culturas, redução da utilização de energias fósseis e diminuição de GEE (através de um menor uso de fertilizantes). Também requer menos água relativamente à produção de outras fontes de proteína. No entanto, **Portugal produz apenas 18,6 % das leguminosas que consome**.⁸



Queda substancial na produção de leguminosas em Portugal nas últimas décadas. Fontes de Dados: INE - Estatísticas da Produção Vegetal & PORDATA

⁵ GFI Europa. 2023. Portugal: Relatório do mercado retalhista de alimentos à base de plantas.

⁶ Christopher J. Bryant. 2022. Plant-based animal product alternatives are healthier and more environmentally sustainable than animal products, Future Foods, Volume 6, 100174, ISSN 2666-8335. <https://doi.org/10.1016/j.fufo.2022.100174>

⁷ Neuenschwander, M., Stadelmaier, J., Eble, J. et al. 2023. Substitution of animal-based with plant-based foods on cardiometabolic health and all-cause mortality: a systematic review and meta-analysis of prospective studies. BMC Med 21, 404. <https://doi.org/10.1186/s12916-023-03093-1>

⁸ INE – Estatísticas Agrícolas 2022

Na Europa, a agricultura foi a principal fonte de **amónia e metano** em 2020, responsável por 94 % e 56 % das emissões poluentes totais, respetivamente.⁹

Em Portugal, segundo o **Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral** (serviço central de Administração direta do Estado português), a agricultura é a principal responsável por emissões de **óxido nitroso**, que tem como origem principal a aplicação de efluentes animais ao solo e o uso de fertilizantes azotados, e de **metano**, que dependem essencialmente do **efetivo animal**, já que derivam sobretudo da fermentação entérica e da gestão dos efluentes animais.¹⁰

E o que é o metano? É um poderoso GEE, responsável pelo aumento de 0,5 °C na temperatura média global desde a era pré-industrial (para comparação, o valor do dióxido de carbono é de 0,8 °C). O potencial de aquecimento global do metano, em 20 anos, é 81 vezes maior que o do dióxido de carbono.¹¹ Para limitar o aquecimento global a 2 °C (o que já implica ultrapassar o limite de 1,5 °C), as emissões globais de metano teriam de ser reduzidas para metade até 2040.¹² Ou seja, é crucial que exista uma **real redução no consumo de carne, o que não se verifica em Portugal, onde o consumo de carne é superior ao recomendado na Roda dos Alimentos**¹³, tendo-se registado aumentos *per capita* desde 2020¹⁴, e sendo Portugal o 14.º país, do mundo, com maior disponibilidade anual de carne *per capita*.¹⁵

Assim, **apelamos para que o Governo Português crie um plano nacional de promoção à proteína vegetal**. Desta forma, estará a atuar perante a evidência científica, precavendo-se de ficar para trás numa altura em que movimentos globais pela transformação alimentar reconhecem que aquilo que produzimos e comemos impacta as alterações climáticas.

⁹ European Environment Agency. Website: <https://www.eea.europa.eu/publications/air-quality-in-europe-2022/sources-and-emissions-of-air> (acedido em 11 de dezembro de 2023).

¹⁰ Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral. Website: https://www.gpp.pt/images/Agricultura/Estatisticas_e_Analises/Indicadores_AgroAmb/Gases-com-Efeito-de-Estufa_vista.pdf (acedido em 11 de dezembro de 2023).

¹¹ IPCC, AR6, WGI, 7.SM.6, Tables of Greenhouse Gas Lifetimes, Radiative Efficiencies and Metrics

¹² Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). 2022. Framing and Context. In: Global Warming of 1.5°C: IPCC Special Report on Impacts of Global Warming of 1.5°C above Pre-Industrial Levels in Context of Strengthening Response to Climate Change, Sustainable Development, and Efforts to Eradicate Poverty. Cambridge: Cambridge University Press; 2022:49-92.

¹³ INE. Balança Alimentar Portuguesa - 2016 - 2020

¹⁴ INE. Consumo humano de carne per capita (kg/ hab.) por Tipo de carnes; Anual

¹⁵ Food and Agriculture Organization of the United Nations – processed by Our World in Data. 2023

Assumimos que Vossa Excelência está ciente do **projeto Proteína Verde** e do **Plano Nacional de Promoção à Proteína Vegetal**¹⁶, após uma audiência com a Comissão de Agricultura e Pescas, em 2023. Este Plano pode ser uma ferramenta útil para a desejada transição proteica nacional, alinhando Portugal com esforços globais para sistemas alimentares mais sustentáveis.

Assim, apelamos para que o Governo Português implemente um **plano que promova a proteína vegetal, nomeadamente alimentos de base vegetal saudáveis e sustentáveis, que seja transversal ao Ministério da Agricultura, Saúde e do Ambiente, sistémico e transparente**, integrando-o nas medidas nacionais pela descarbonização, e recorrendo ao fundo ambiental e climático para o efeito. Propomos que sejam consideradas as seguintes medidas, a par do que está a ser feito noutros países:

1. Criar um **Fundo Nacional para Alimentos de Base Vegetal**, que permitiria a produtores, empresas, universidades e outras entidades candidatarem-se a apoios financeiros para produção e desenvolvimento de alimentos sustentáveis e saudáveis.
2. **Alívio fiscal para todas as leguminosas** (e derivados saudáveis), **hortícolas e frutas**, em linha com as metas de sustentabilidade do sistema alimentar e promoção da saúde pública.
3. Promover **circuitos curtos de produção e abastecimento alimentar e a produção local de leguminosas**, incentivando, desta forma, a uma maior autossuficiência deste alimento, em Portugal.
4. **Investir em pesquisa e desenvolvimento para o setor de base vegetal**, permitindo o incremento da produção de alimentos vegetais mais sustentáveis e uma maior promoção da agrobiodiversidade em Portugal.
5. Alocar verbas para **sessões de formação aos chefs de cozinha das cantinas públicas escolares**, objetivando uma maior oferta e melhor preparação de refeições de base vegetal nestes refeitórios.
6. **Promover o consumo de alimentos de base vegetal**, em particular fontes de proteína de base vegetal, saudáveis e sustentáveis, via programas de saúde prioritários, diretrizes oficiais e coordenação com profissionais de saúde.

¹⁶ Plano Nacional de Promoção à Proteína Vegetal. Website: [https://proteinaverde.pt/assets/uploads/Plano%20Nacional%20de%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Promo%C3%ADna%20Vegetal_30_08_2023%20\(1\).pdf](https://proteinaverde.pt/assets/uploads/Plano%20Nacional%20de%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Promo%C3%ADna%20Vegetal_30_08_2023%20(1).pdf) (acedido em 11 de dezembro de 2023).

Portugal, como signatário da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, está comprometido a investir cerca de **85 mil milhões de euros na transição climática** ao longo das próximas duas décadas.¹⁷ Prevê, igualmente, agir no âmbito do **Programa Temático para a Ação Climática e Sustentabilidade — Sustentável 2030. É imperioso que o sistema alimentar seja considerado em todas as medidas de ação climática.**

Uma parte substancial desses fundos deve ser dirigida para promover um sistema alimentar que favorece a produção local e sustentável de proteínas vegetais, bem como a investigação e disponibilidade das mesmas, com consequente aumento do consumo de alimentos de origem vegetal.

Dada a urgência da crise climática e as crescentes preocupações com a segurança alimentar global, apelamos a Vossa Excelência para que assuma a liderança nesta questão crucial. Implementar um plano nacional de promoção à proteína vegetal não apenas alinhará Portugal com as melhores práticas globais, mas também enviará uma mensagem forte sobre o compromisso do país em enfrentar desafios globais de maneira proativa.

Entendemos que a implementação de tais medidas requer esforços coordenados entre o setor público, o setor privado e organizações não governamentais. Estamos dispostos a colaborar e apoiar as iniciativas que visem tornar Portugal um exemplo na promoção de proteína vegetal.

¹⁷Portal do Governo. Website:

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=o-planeta-provavelmente-pode-sobreviver-a-humanidade-mas-nao-ha-uma-humanidade-b> (Acedido a 11 de dezembro de 2023)